

ESTADO PARA QUEM NA AMÉRICA LATINA?

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Intervenção nas “VI Jornadas Internacionales de Estado y Sociedad”, organizadas por Oscar Oszlak, Buenos Aires, 9 a 11 de junho de 2010.

ESTADO E DEMOCRACIA NOS SÉCULOS XIX E XX

Quatro ideologias novecentistas do Estado nos países em ricos: socialista, nacional-burguesa e liberal-burguesa e democrática

No século XIX, na Europa e nos EUA, enquanto cada país estava completando sua revolução nacional e industrial, três ideologias se digladiaram em relação ao Estado.

Os socialistas investiram contra o Estado argumento de que seria o representante dos interesses da burguesia, enquanto que esta se dividia:

a burguesia nacionalista via o Estado como instrumento fundamental do desenvolvimento capitalista,

enquanto a burguesia liberal limitava o poder do Estado, preocupada, de um lado, com a tradição de arbítrio herdada do Estado Absoluto, e, de outro, com a perspectiva de ditadura da minoria que antevia no caso da transição do Estado Liberal para o Democrático.

Enquanto os socialistas marxistas lutavam por uma democracia depois da “ditadura do proletariado”, e reivindicavam a igualdade econômica,

uma quarta ideologia – a democrática – contentava-se com uma conquista menos ambiciosa e mais imediata: o sufrágio universal.

Democracia liberal nos países em ricos

Na virada do século XIX para o XX, a partir da luta dos pobres e de indivíduos e grupos republicanos de classe média, o sufrágio universal que os liberais recusavam foi afinal garantido, e o Estado Democrático liberal-democrático tornou-se o regime político nos países mais desenvolvidos – aqueles que haviam realizado sua revolução nacional e industrial e, assim, “completado” sua revolução capitalista.

A democracia liberal – ou de elites, ou schumpeteriana - garantia o direito universal de votar e ser votado, mas limitava o papel do Estado à garantia da propriedade e dos contratos, e o papel dos cidadãos a votar periodicamente.

Durante o século XX, os países latino-americanos

fizeram sua transição para a democracia,

seja porque tivessem terminado sua revolução capitalista, como foi o caso da Argentina, do Brasil e do México,

seja porque suas elites decidiram adotar alguma forma de democracia para obter legitimidade para seu Estado, seja para atender às pressões dos países mais ricos.

Enquanto isso, também no século XX, nos países em ricos, principalmente na Europa,

o Estado passava a ser democrático social,

e esse foi um avanço significativo do ponto de vista democrático e social.

MUDANÇA NA COMPREENSÃO DO PAPEL DO ESTADO NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Podemos definir o Estado de duas maneiras:

como sistema constitucional-legal e a administração pública que o garante.

E também como o instrumento por excelência de ação coletiva da sociedade politicamente organizada – ou seja, da sociedade organizada em termos de nação ou de sociedade civil.

Quando a revolução socialista parecia viável

No século XIX e começo do século XX, quando nos países em ricos ainda se acreditava na viabilidade histórica de uma revolução *socialista internacional*, era razoável pensar no Estado como o comitê executivo da burguesia. Esta visão era partilhada pelos poucos socialistas nos países latino-americanos.

Quando esta esperança foi descartada, mas se continuou a pensar em revoluções *socialistas nacionais*, era compreensível que quem continuasse a ver a revolução como viável, visse o Estado como inimigo, mas nesse momento as coisas se tornavam confusas para os socialistas.

Do lado das elites,

primeiro, devemos lembrar que os países latino-americanos, ao se tornarem independentes no início do século XIX, esta independência representou dependência econômica e cultural do *Império* – entendido aqui por Império o conjunto dos grandes países ricos.

Burguesia oligárquica e liberal

Durante todo o século XIX a burguesia local, pouco desenvolvida, estava associada à oligarquia primário-exportadora local. Ambas procuravam imitar de maneira patética porque inautêntica o liberalismo existente na Europa e dos Estados Unidos, naturalmente com o apoio desses países imperiais.

A partir dos anos 1930, porém, surge uma burguesia nacional.

As novas elites industriais aproveitam a crise nos países em ricos e liberais, ganha força a industrialização em alguns países latino-americanos, e, associadas à burocracia pública e aos trabalhadores, formam um

pacto nacional-popular

Uma parte dos grupos de esquerda na região, compreendendo a inviabilidade de tanto uma revolução internacional como nacional,

apoiaram sua participação no pacto popular-democrático apostando na sua associação e na associação dos trabalhadores às elites nacionais,

A transição dos países latino-americanos da condição de primário-exportadores para a de recém industrializados entre os anos 1930s e 1970s ocorreu sob a égide de uma coalizão nacional-popular.

O *nacional-desenvolvimentismo* foi a estratégia nacional de desenvolvimento que adotaram.

O México e o Brasil foram os dois casos de revolução nacional e industrial apoiada em um pacto nacional-popular.

A teoria econômica estruturalista da Cepal, em Santiago do Chile, e a visão nacionalista e desenvolvimentista do Iseb, no Rio de Janeiro, foram as duas abordagens teóricas que deram substância a essa forma específica de relação sociedade-Estado que foi o pacto nacional-popular.

Teoria da dependência

No final dos anos 1960, porém, depois da Revolução Cubana de 1959, e a partir dos golpes militares no Brasil, na Argentina e no Uruguai

Os socialistas da região, em uma resposta ressentida aos golpes militares, desenvolveram a “teoria da dependência” cuja tese central era a negação da possibilidade de uma burguesia nacional.

Eles se dividiram em dois grupos

1. Dependencistas da superexploração capitalistas, que voltaram a advogar a revolução socialista, e
2. Dependencistas associados, que, ao mesmo tempo em que lutavam contra o autoritarismo e a desigualdade, afirmaram ser a dependência insuperável e propuseram a associação com os países em ricos e o crescimento baseado na poupança externa.

As duas teorias da dependência estavam equivocadas.

As burguesias locais não são meramente dependentes nem simplesmente nacionais. São ambíguas, contraditórias.

Mas, diante da inviabilidade da revolução socialista, a única alternativa para o desenvolvimento econômico é a de um pacto nacional-popular.

Perguntas

Como estamos hoje, na América Latina, no início do século XXI, depois que todos os países se tornaram democráticos? Depois que os pobres passaram a ter o direito irrestrito a votarem e serem votados?

Qual a relação entre a sociedade e o Estado?

As democracias latino-americanas são democracias para o povo ou para as elites?

Mas qual povo? Camponeses e trabalhadores rurais ou de trabalhadores urbanos?

E quais elites? Elites *coloniais* ligadas ao agronegócio, à mineração, às finanças e à propriedade das utilidades públicas, ou elites *nacionais* ligadas à indústria manufatureira?

Para dar alguma resposta a essas duas questões tão amplas é necessário, considerar o estágio do capitalismo atual e distinguir dois tipos de países

GLOBALIZAÇÃO E COMPETIÇÃO CARACTERIZAM O CAPITALISMO ATUAL

Na globalização que se torna clara a partir dos anos 1980, tivemos, de um lado, uma hegemonia e um retrocesso neoliberal, e, de outro, ficou evidente necessidade de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

O retrocesso neoliberal

ocorrido nos anos 1990 foi causado,

internamente, pelo debilitamento econômico da região devido à grande crise da dívida externa, e pelo enfraquecimento político causado pela teoria da dependência;

externamente, pela força do assalto ideológico neoliberal e globalista originada no Império.

Por outro lado, a necessidade de uma

estratégia nacional de desenvolvimento

para orientar os países em desenvolvimento no capitalismo global – o estágio do capitalismo em que todos os mercados se abriram e no qual a competição entre os Estados-nação se tornou generalizada – tonou-se muito clara

Uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição é um conjunto de instituições e entendimentos sociais voltados para criação de oportunidades de

investimento para os empresários e para a melhoria dos padrões de vida da população.

Para isso, suas elites nacionais precisam, antes, distinguir-se com mais clareza das coloniais, porque nos anos neoliberais esta confusão foi criada na medida em que as elites nacionais se retraíram de perderam identidade.

DOIS GRUPOS DE PAÍSES NA AMÉRICA LATINA

os países que já completaram sua revolução capitalista, que denominarei “países *recém industrializados*”, como é o caso dos três países já citados, do Chile e do Uruguai, e talvez da Costa Rica,

e os demais que identificarei como “países *primário-exportadores*”.

Estou ciente da precariedade dessa classificação dicotômica, que na prática existe um amplo e contraditório elenco de posições histórico-estruturais, mas em nome da simplicidade é ela que utilizarei.

Nos países primário-exportadores,

O “povo” é constituído principalmente de camponeses, mineiros e trabalhadores urbanos em utilidades públicas

e as elites são principalmente coloniais.

Logo, a sociedade civil é subdesenvolvida, dominada pelas elites coloniais, e não se pode falar com propriedade de uma nação.

O problema político fundamental enfrentado por esses países é o de realizar a revolução nacional e industrial.

Para isto, porém, precisam antes, *se constituírem* como nação.

Já nos países recém industrializados

O povo já é constituído principalmente de trabalhadores urbanos e de uma ampla baixa classe média profissional

As elites se dividem entre nacionais e coloniais.

Já se pode falar em uma nação, e a sociedade civil já é complexa tendo nela peso a massa trabalhadora e a classe média tanto burguesa quanto profissional.

O problema político fundamental do país recém industrializado é superar o *retrocesso* histórico que sofreu nos anos neoliberais do consenso de Washington, é reconstituir sua nação e definir uma nova *estratégia* nacional de desenvolvimento.

O DESAFIO ATUAL: O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

Nos países primário-exportadores o Estado continua a ser, essencialmente, representante

das elites coloniais. A sociedade civil continua a ser por elas dominadas e a nação mal existe.

Entretanto, ainda que pouco desenvolvidos os empresários industriais, a classe trabalhadora urbana e a classe média profissional são a base para um pacto popular-nacional e a adoção do *novo desenvolvimentismo* como estratégia nacional de desenvolvimento.

Nos países recém industrializados o desafio é o de reconstruir o pacto nacional-popular e voltar a ter uma estratégia nacional de desenvolvimento – o novo desenvolvimentismo.

Novo desenvolvimentismo

O novo desenvolvimentismo é a estratégia nacional de desenvolvimento ou de competições para países em desenvolvimento econômico catch up.

É um conjunto de políticas e acordos cuja justificção a teórica é “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”.

A macroeconomia estruturalista do desenvolvimento

, por sua vez, é uma teoria do desenvolvimento econômico que, sem ignorar os fatores do lado da oferta, enfatiza o lado da demanda, especificamente a existência de oportunidades de investimento lucrativo para os empresários, e que afirma que essas oportunidades estão limitadas nos países em desenvolvimento por duas tendências estruturais:

A tendência dos salários crescerem a taxa menor do que a da produtividade, e

A tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio.

O novo desenvolvimentismo poder ser sintetizado em quatro pontos

1. responsabilidade fiscal – manter a dívida pública baixa, sob controle
2. responsabilidade cambial – manter a dívida externa pequena ou negativa e a taxa de câmbio, competitiva.
3. Responsabilidade social – manter a remuneração dos trabalhadores proporcional ao aumento da produtividade
4. Papel estratégico do Estado – em assegurar essas três responsabilidades e induzir o desenvolvimento.

Dois trunfos

Na tarefa de reconstituir a nação e definir uma estratégia nacional de desenvolvimento os países latino-americanos contam com dois trunfos:

1. a democracia existente
2. o fracasso do projeto liberal e seu colapso na crise financeira global de 2008.

Os adversários – o império e as elites coloniais – ainda são poderosos. Muita luta política e ideológica será ainda necessária para que os países latino-americanos construam ou reconstruam suas nações e possam, assim, avançar na direção dos grandes objetivos políticos das sociedades contemporâneas: a segurança, a autonomia nacional, a liberdade individual, o bem-estar econômico, a justiça social, e a proteção do ambiente.